

Ulysses adverte sobre as limitações da Constituinte

4 JUL 1985

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, 68, advertiu ontem que a próxima Assembleia Constituinte, embora soberana, não poderá modificar a ordem econômica e social e o sistema federativo do País. Para Ulysses, a mensagem do presidente José Sarney convocando a Constituinte para 31 de janeiro de 87 assinala que ela deve ser "livre e soberana", mas, ressalva o presidente da Câmara, "terá de ser fiel à representatividade".

"Ela será Constituinte, mas não para fazer o que quiser, mas o que a sociedade a credenciar. Senão, seria trair os compromissos que credenciam os partidos e os seus representantes à Assembleia", disse. E Ulysses citou o primeiro exemplo do que não pode, a seu ver, ser modificado: "O capítulo da ordem econômica e social."

Na entrevista, que o próprio Ulysses, em atitude pouco comum, tomou a iniciativa de conceder, os repórteres procuraram arrancar definições políticas a respeito dessas afirmações. Perguntado se, ao defender a preservação da ordem econômica e social, ele entendia que a Constituinte não poderia, por exemplo, implantar um regime socialista no País, respondeu: "O que eu acho é que a Constituinte deve ser fiel à sua representatividade, isto é, ao eleitorado e ao partido que cada constituinte representa. O PMDB irá defender a ordem econômica privada, voltada para o bem-estar social, mas não pode falar por outros partidos."

Quanto à intocabilidade da Federação, Ulysses justificou que o Brasil é um "país continental" e a federação brasileira é, em consequência, "uma criatura da sua própria geografia". Por isso, a Constituinte "não pode eliminar a geografia". O que a Assembleia deve fazer, na sua opinião, é, mantendo o regime federativo, procurar forma de melhor atender aos interesses regionais e locais.

Como "sugestão, mais para suscitar o debate", Ulysses propôs que uma parcela dos constituintes a serem eleitos no próximo ano receba a delegação especial para legislar em matéria ordinária, fazendo o papel do Congresso, a fim de que o conjunto da Assembleia não fique dividido — como prevê a mensagem presidencial — em três vertentes: a Câmara, o Senado e a própria Constituinte.

A propósito, lembrou que a Constituição em vigor já prevê essa delegação (comissões parlamentares podem elaborar e votar leis, sem a interferência do plenário), embora tal prerrogativa nunca tenha sido utilizada. A fórmula, para o presidente da Câmara, teria, entre outras, a vantagem de permitir que os constituintes ficassem mais concentrados na tarefa de elaboração da nova Carta, agilizando a sua votação.

Revisão eleitoral

Insistindo na importância da representatividade da Constituinte, o presidente da Câmara considerou como dado fundamental a revisão do eleitorado brasileiro e o combate à fraude em três momentos: na inscrição, na apuração e na votação. Ontem, Ulysses esteve no TSE, "trocando idéias" com o diretor-geral Geraldo Costa Manso, a respeito da revisão, que, admitiu, não será feita antes das próximas eleições municipais, mas para a Constituinte.

Sobre o critério de composição das representações estaduais à Constituinte, Ulysses concordou que deve haver uma modificação em relação ao atual critério de composição da Câmara Federal (baseado na população, e que privilegia os pequenos Estados). Para o presidente do PMDB, é necessária a adoção de uma fórmula que, "respeitando o princípio federativo", não gere "distorções tão grandes na representatividade".